

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Parte

15:00 -Audição do Senhor Professor Adriano Moreira - "A Renovação do Conceito Estratégico Nacional e o Mar"

2ª Parte

1. Informações.

2. Apresentação de Projetos de Resolução sobre a Palestina.

3. Resolução da Assembleia da República nº 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade" Nomeação de Relator(a);

4. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 99/XII/4ª - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos no domínio da Redução da Procura e da Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado na Cidade do México, em 16 de outubro de 2013" (PSD);

- Proposta de Resolução nº 100/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, que foi adotada, em 2007, na 17.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 521 (XVII)), realizada em Cartagena das Índias" (PSD);

- Proposta de Resolução nº 101/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo e a Emenda ao Parágrafo 12 das Regras de Financiamento anexas aos Estatutos da Organização, que foram adotadas, em 1979, na 3.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 61 (III)), realizada em Torremolinos" (PS);

- Proposta de Resolução nº 102/XII/4ª - "Aprova a Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos por Poluição causada por

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

Combustível de Bancas, adotada em Londres, em 23 de março de 2001" (CDS/PP).

5. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 94/XII/4ª - "Aprova a Convenção n.º 189, relativa ao Trabalho Digno para as Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Doméstico, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 100.ª sessão, realizada em Genebra, em 16 de junho de 2011".

Deputada Relatora Ângela Guerra (PSD)

6. Apresentação e apreciação do Relatório da Participação da Assembleia da República na V Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD) - 5 a 7 de novembro de 2014, Roma.

Deputados António Rodrigues (PSD) e Paulo Pisco (PS).

7. Outros assuntos.

1ª Parte

15:00 - Audição do Senhor Professor Adriano Moreira - "A Renovação do Conceito Estratégico Nacional e o Mar"

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu as boas vindas ao Sr. Professor Adriano Moreira e agradeceu a disponibilidade para vir falar a esta Comissão de que aliás já foi Presidente. Falou de seguida da importância do mar e na reflexão estratégica que se impunha fazer. Relembrou que sobre este mesmo tema a Comissão já ouviu o Sr. Professor Mário Ruivo.

O Senhor Professor Adriano Moreira começou por dizer que era um motivo de satisfação cívica que a Comissão se interesse por estas matérias que não têm merecido a necessária atenção do Governo. Pediu ao Sr. Almirante Rebelo Duarte que fizesse um estudo aprofundado que vai ser publicado, "[*A Europa, Portugal e o Mar: da valia estratégica à perceção de desenvolvimento*](#)" e que deixa ficar para conhecimento dos membros da Comissão. Portugal não tem, em seu entender, conceito estratégico.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

Considerou que era notável que Portugal tivesse conseguido promover a CPLP depois de 13 anos de guerra colonial e chamou a atenção para a importância desta Comunidade de países, até porque todos têm fronteiras marítimas e plataformas continentais, mas nenhum tem frota e só o Brasil tem marinha de guerra. Falou de seguida nos riscos para a nossa plataforma continental, em particular resultantes da pretensão espanhola. A Comissão Europeia tem um projeto de política marítima integrada europeia, o mar europeu. Se se reconhecer o mar europeu antes do reconhecimento pelas Nações Unidas da plataforma continental portuguesa, há um risco para a nossa pretensão e concluiu lamentando que esta questão não se encontrasse prevista em nenhum programa partidário e lembrando que a plataforma continental é o futuro.

O Sr. Professor Adriano Moreira deixou a sua [intervenção](#) para ser distribuída aos membros da Comissão e disponibilizada no site da Comissão no Portal da Assembleia.

O Sr. Presidente tomou a palavra para agradecer e para lembrar que o Sr. Professor Mário Ruivo também disse que sobre a questão dos rochedos já há imensa doutrina preparada pelos espanhóis perante a indiferença portuguesa.

De seguida usaram da palavra a Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) e os Srs. Deputados Ricardo Baptista Leite (PSD), José Lino Ramos (CDS-PP) e Alberto Martins (PS) e as Sras. Deputadas Carla Cruz (PCP), Maria de Belém e Ângela Guerra que colocaram diversas questões relativas à CPLP, à delimitação da plataforma continental e sobre o papel que a Comissão poderia desempenhar neste domínio.

O Sr. Professor Adriano Moreira citou o Padre António Viera, dizendo que o poder da palavra vence a palavra do poder e considerou que a solução tem de passar por um esforço diplomático. Citou um ditado africano segundo o qual a sabedoria está nas nossas costas e a ignorância está à nossa frente e falou na necessidade de articularmos com os restantes países da CPLP e na possibilidade de a CPLP dispor de uma frota privada comum.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Professor Adriano Moreira que se retirou, prosseguindo a reunião com os restantes pontos da ordem de trabalhos.

2ª parte

1. Informações.

O Sr. Presidente informou do pedido de audiência da Associação Portuguesa dos Consultores de Propriedade Industrial, sobre o Tribunal Unificado de Patentes, matéria objeto de proposta de resolução de que é Relatora a Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas. Foi deliberado agendar a audiência para a próxima semana e estarão presentes, em representação da Comissão a Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) e o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) podendo associar-se os demais membros da Comissão. Quanto ao pedido de audiência de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Coreia-Portugal para dia 18/12/2014 – quinta-feira – aguarda-se que os grupos parlamentares informem da respetiva disponibilidade. Sobre a indicação por parte do MNE dos movimentos dos Senhores Embaixadores de Portugal antes da respetiva colocação em novo posto, para efeitos de audição na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas - Embaixador Rui Macieira (Copenhaga); Embaixador Júlio Vilela (Zagrebe) Embaixador Paulo Nascimento (Dakar) - foi deliberado comunicar ao MENE que a Comissão entendeu não ouvir estes mas que continuamos a aguardar comunicação de outros movimentos para deliberar tendo em conta os critérios já fixados.

2. Apresentação de Projetos de Resolução sobre a Palestina.

O Sr. Presidente considerou que deveria haver intervenções em Plenário para que esta questão não passe de forma discreta.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que existem diversos projetos sobre esta matéria pelo que não pode haver a apresentação pelo Presidente de uma iniciativa da Comissão.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

O Sr. Presidente disse que todos os países se estão a pronunciar sobre isto pelo que postergar esta decisão é um erro. Hoje podemos debater mas não podemos votar. Teremos de votar na sexta-feira, em Plenário, pelo que não há razão para comprometer o essencial que é garantir a decisão o mais rapidamente possível.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que a questão está em saber se fazemos a discussão aqui e a votamos em Plenário esta semana ou se a adiamos e perdemos a oportunidade nesta matéria. Podemos considerar a discussão feita aqui e remeter todos os projetos para Plenário sendo que poderíamos solicitar tempo para os apresentar. O objetivo central de todos os projetos seria mais facilmente atingido desta forma em vez de ser adiada a aprovação eventualmente até janeiro.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) considerou que havia um equívoco que é a possibilidade de um grupo parlamentar usar da fala no Plenário antes da votação dos projetos de resolução.

A Sr. Deputada Helena Pinto (BE) disse que têm de ser votados em Plenário e concorda desde que cada grupo parlamentar tenha a possibilidade de intervir.

Procedeu-se assim ao debate dos diversos projetos de Resolução apresentados, n.º 1161/XII-4ª - Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina (PCP); n.º 1167/XII-4ª (BE) - Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina; n.º 1173/XII/4ª (PSD;PS e CDS-PP) – Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina em coordenação com a União Europeia e n.º 1174/XII-4ª (PEV) – Pelo reconhecimento do Estado da Palestina.

Do debate havido foi feita informação nos termos e para efeitos do disposto no artigo 128º do RAR, que se anexa e faz parte integrante desta ata.

3 Resolução da Assembleia da República nº 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade".

O grupo parlamentar do PSD ofereceu-se para elaborar relatório sobre esta questão tendo designado para o efeito a Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

4. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 99/XII/4ª - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos no domínio da Redução da Procura e da Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado na Cidade do México, em 16 de outubro de 2013";
- Proposta de Resolução nº 100/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, que foi adotada, em 2007, na 17.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 521 (XVII)), realizada em Cartagena das Índias";

Cabendo ao grupo parlamentar do PSD foi indicado o Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte.

- Proposta de Resolução nº 101/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo e a Emenda ao Parágrafo 12 das Regras de Financiamento anexas aos Estatutos da Organização, que foram adotadas, em 1979, na 3.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 61 (III)), realizada em Torremolinos"

Foi proposto que esta iniciativa fosse atribuída ao PSD, sendo indicado para o efeito o Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite, por troca com a PPR n.º 99/XII cabendo assim ao PS indicar Relator para o efeito.

- Proposta de Resolução nº 102/XII/4ª - "Aprova a Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos por Poluição causada por Combustível de Bancas, adotada em Londres, em 23 de março de 2001"

Cabendo ao grupo parlamentar do CDS/PP foi indicado o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

Devido ao adiantado da hora, deliberou a Comissão apreciar os restantes pontos da ordem do dia na próxima reunião.

A reunião foi encerrada às 18:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 janeiro 2015.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
Bruno Dias
Fernando Virgílio Macedo
Joaquim Ponte
José Luís Ferreira
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Mário Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Páscoa Gonçalves
Maria João Ávila



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

Informação

Projetos de Resolução n.º 1161/XII-4ª (PCP); n.º 1167/XII-4ª (BE); n.º 1173/XII-4ª (PSD;PS;CDS-PP) e n.º 1174/XII-4ª (PEV)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 09/12/2014

Epígrafes. PJR n.º 1161/XII-4ª - Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina (PCP); PJR n.º 1167/XII-4ª (BE) - Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina; PJR n.º 1173/XII/4ª (PSD;PS e CDS-PP) – Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina em coordenação com a União Europeia e PJR n.º 1174/XII-4ª (PEV) – P^olo reconhecimento do Estado da Palestina

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

1. O Projeto de Resolução (PJR) n.º 1161/XII-4ª (PCP) - *Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina* deu entrada no dia 28 de novembro, foi anunciado e baixou a esta Comissão no dia 3 de dezembro. O Projeto de Resolução (PJR) n.º 1167/XII-4ª (BE) - *Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina* deu entrada no dia 4 de dezembro, foi anunciado e baixou a esta Comissão no dia 5 de dezembro. O Projeto de Resolução (PJR) n.º 1173/XII-4ª (PSD; PS e CDS-PP) - *Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina em coordenação com a União Europeia* deu entrada no dia 5 de dezembro, foi anunciado e baixou a esta Comissão no mesmo dia. O Projeto de Resolução (PJR) n.º 1174/XII-4ª (PEV) - *Pelo reconhecimento do Estado da Palestina* deu entrada também no dia 5 de dezembro, foi anunciado e baixou a esta Comissão no mesmo dia
2. A discussão dos Projetos de Resolução n.º 1161/XII-4ª (PCP), n.º 1167/XII-4ª (BE), n.º 1173/XII-4ª (PSD; PS e CDS-PP) e n.º 1174/XII-4ª (PEV) ocorreu nos seguintes termos:

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1161/XII-4ª, mencionando os antecedentes e salientando que a causa palestiniana e o reconhecimento da legítima aspiração do povo palestino de construir o seu Estado têm ganho força no plano internacional. Referiu ainda que o Governo Português deve reafirmar a sua solidariedade com a luta do Povo Palestino e defender a observância do direito internacional, em particular o cumprimento das resoluções aprovadas nas Nações Unidas para a constituição do Estado da Palestina, e pela Paz no Médio Oriente. Concluiu a apresentação com a leitura das recomendações constantes do PJR, em particular, no sentido de o Governo português reconhecer o Estado da Palestina nas fronteiras anteriores a 1967 com Jerusalém Oriental como capital. Lamentou que não se chegasse a um texto único mas manifestou a sua discordância relativamente ao texto subscrito por Deputados dos grupos parlamentares do PSD, PS e CDS-PP por fazer depender o reconhecimento dos restantes Estados-Membros da União Europeia.

Pela Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) foi apresentado o Projeto de Resolução n.º 1167/XII-4ª, tendo destacado que a solução de dois Estados para a questão

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.^a SL

Israelo-Palestiniana foi defendida pelas Nações Unidas, desde a resolução 181 da Assembleia-Geral de 1947. O reconhecimento da Palestina como Estado independente será um importante contributo de Portugal para o cumprimento do Direito Internacional e para uma paz duradoura no Médio Oriente. Lamentou que não se tivesse atingido um consenso e apresentado um projeto de resolução que fosse subscrito por todos os grupos parlamentares mas discordava do teor do PJR subscrito pelos grupos parlamentares do PSD, PS e CDS-PP por fazer depender este reconhecimento dos restantes estados-membros da União Europeia. Leu as resoluções aprovadas pelos parlamentos de França e Espanha que recomendam aos respetivos Governos o reconhecimento do Estado da Palestina não o fazendo depender da concertação com os restantes Estados-membros. Concluiu referindo que Portugal é um Estado soberano e democrático e pode tomar uma decisão nesta matéria sem depender da posição da UE.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, apresentou o Projeto de Resolução n.º 1173/XII/4^a (PSD;PS e CDS-PP) – *Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina em coordenação com a União Europeia*, e lembrou que tinha tomado a iniciativa nesta matéria tendo tentado desde o início conseguir um texto consensual. Considerou que a referência à coordenação com os restantes Estados-membros da União Europeia não desvalorizava a iniciativa que em nada dependia do reconhecimento efetuado pelos outros Estados.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) lembrou as palavras da Alta Representante da UE para a Política Externa e Segurança, Federica Mogherini que deu voz à necessidade da criação de um Estado Palestino e afirmou que gostaria que o Estado palestino fosse reconhecido durante o seu mandato. Lembrou que este reconhecimento é mais eficaz e tem um peso distinto se for feita pelos Estados-membros, permitindo que a UE se assumia como negociadora no processo. Contestou que a referência à coordenação com a União Europeia implique alguma subserviência ou falta de soberania por parte de Portugal.

O Sr. Deputado José Luís Ferreira (PEV) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1174/XII-4^a (PEV) – *Pelo reconhecimento do Estado da Palestina*, referindo que apesar de mais de uma centena de países a nível mundial, alguns dos quais membros da União Europeia, já terem reconhecido a Palestina como Estado independente, e apesar de haver um consenso cada vez mais alargado sobre uma

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.^a SL

solução para este conflito, que passa pelo estabelecimento dos dois Estados, assistimos à triste realidade de as autoridades de Israel, dos Estados Unidos da América e da União Europeia aumentarem a pressão para tentar impedir o reconhecimento do Estado Palestiniano na ONU, advertindo a Autoridade Nacional Palestiniana para as implicações e represálias que daí advirão. Concluiu referindo que a resolução deste conflito no Médio Oriente passa, necessariamente, pela consagração da existência do Estado da Palestina, pela retirada de Israel de todos os territórios ocupados, pelo desmantelamento dos colonatos e pelo regresso dos refugiados, conforme estabelecido pelas várias resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Lamentou igualmente o facto de não se ter conseguido chegar a um texto único.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) interveio para lamentar a inexistência de um projeto único mas considerou que se justificava plenamente a referência à articulação com a União Europeia que reforçava a importância deste reconhecimento.

A Sr.^a Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou proposta relativa à parte final do Projeto de Resolução n.º 1173/XII/4^a (PSD;PS e CDS-PP) no sentido de se aditar um novo n.º 1 com o seguinte teor: *Insta o Governo a reconhecer o Estado da Palestina.*

A Sr.^a Deputada Helena Pinto (BE) e o Sr. Deputado José Luis Ferreira (PEV) apresentaram proposta no sentido de se incluir um novo número 1, que retoma o texto inicial apresentado pelo Presidente, do seguinte teor: “Reconheça o Estado Palestiniano e o princípio da coexistência de dois Estados” a que se seguiriam os atuais pontos 1 e 2.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) reconheceu que era importante que houvesse um texto comum tendo de seguida suscitado dúvidas quanto à articulação dos novos números agora propostos com os dois restantes números do projeto de resolução no que foi secundado pelo Sr. Presidente.

Não houve consenso na elaboração de um texto comum, mantendo-se por isso os quatro projetos de resolução que deverão, nos termos regimentais, ser sujeitos a votação em reunião plenária.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

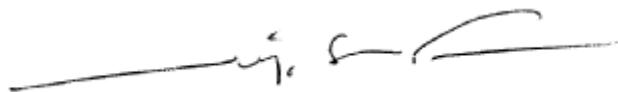
ACTA NÚMERO 157/XII/ 4.ª SL

3. Os Projetos de Resolução n.º 1161/XII-4ª (PCP), n.º 1167/XII-4ª (BE), n.º 1173/XII-4ª (PSD; PS e CDS-PP) e n.º 1174/XII-4ª (PEV) foram objeto de discussão na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em reunião de 10 de janeiro de 2014.

4. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 10 de dezembro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(SÉRGIO SOUSA PINTO)